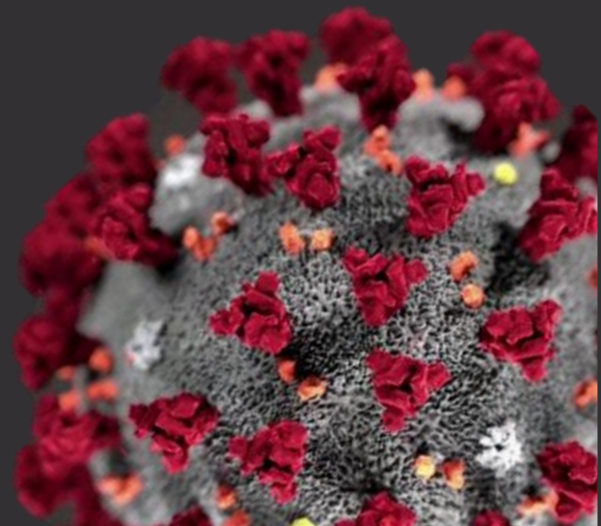


Painel de Monitoramento

Impactos da Covid-19 no mercado de trabalho de Minas Gerais



O Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho é uma produção da Secretaria de Desenvolvimento Social – Sedese, por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego – Subte, que tem por objetivo acompanhar e atualizar as principais repercussões da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho no estado de Minas Gerais. Nesta edição você confere:

- Requisições de Seguro Desemprego;
- Estatísticas do Sine em Minas Gerais;
- Projeções para o mercado de trabalho;
- Investimentos em Minas Gerais;
- Custos com alimentação em BH;
- Mercado de eletrônicos na pandemia;
- Mercado de livros no isolamento.

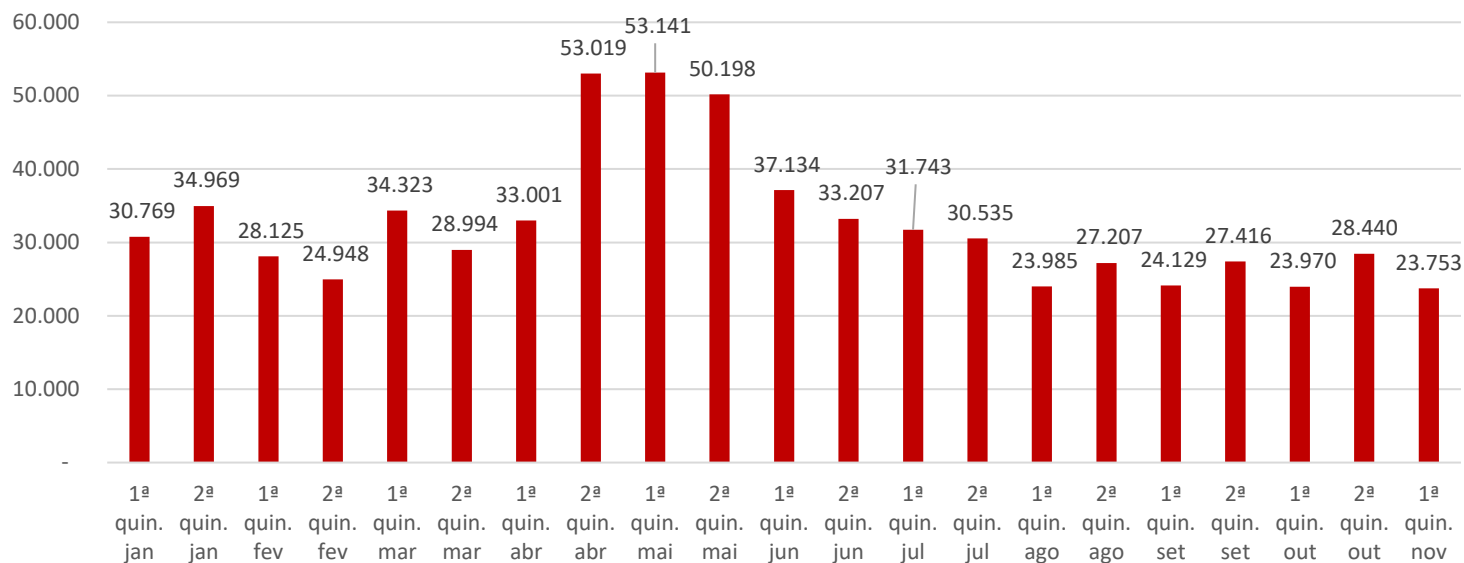
SEGURO-DESEMPREGO

Minas Gerais registra 23.753 requisições do benefício na primeira quinzena de novembro

Com o cenário de instabilidade econômica e fechamento de postos de trabalho no estado de Minas Gerais, a evolução do número de solicitações do Seguro-Desemprego se torna um importante indicador para dimensionar os impactos da Covid-19 sobre o mercado de trabalho formal. Segundo dados do Ministério da Economia, o número de requisições do Seguro-Desemprego em Minas Gerais, na primeira quinzena de novembro, foi de 23.753 benefícios, uma retração de 16,4% em relação à quinzena anterior, ou seja, 4.687 pagamentos a menos. Se cotado com a mesma quinzena de 2019, é possível inferir que novembro de 2020 começou com uma queda de 17,2% sobre as concessões do Seguro-Desemprego, o que evidencia um comportamento de preservação dos postos de trabalho formais.

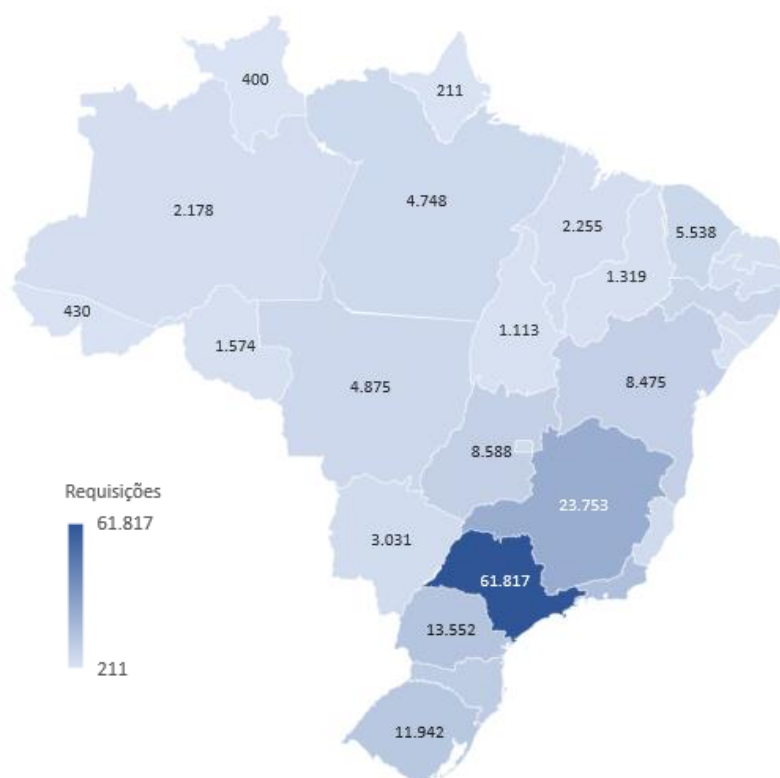
Partindo para uma análise econômica, identifica-se que o segmento de Serviços foi o maior demandante do benefício, correspondendo a 34,9% do total de Seguros-Desemprego requeridos. Na sequência aparecem o Comércio e a Indústria, com participação de, respectivamente, 25,4% e 15,3%. Nas últimas posições, com menor representatividade percentual, aparecem a Construção (13,5%) e a Agropecuária (10,6%). A distribuição nesse ranking tem se repetido desde julho de 2020, com discretas variações percentuais, o que revela que os benefícios reproduzem o padrão de maior ocorrência em segmentos com maior índice de formalização dos vínculos empregatícios, e não necessariamente daqueles com maior fluxo de desligamentos.

Requisições do Seguro-Desemprego - Minas Gerais



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

Requisições do Seguro Desemprego no Brasil



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

No Brasil, foram registradas 204.480 requisições do Seguro-Desemprego durante a primeira quinzena de novembro - queda de 17% em relação à quinzena imediatamente anterior. Minas Gerais é a segunda unidade da federação com maior representatividade nesse número, ficando atrás apenas do estado de São Paulo, que demandou mais de 136 mil benefícios no início de novembro. Ao contrário disso, Amapá e Roraima despontam como as unidades da federação que menos solicitaram o Seguro-Desemprego, somando, juntas, pouco mais de 600 pagamentos.

Além disso, é possível identificar que, desde julho de 2020, as requisições por meio dos canais digitais têm apresentado estagnação, variando por volta de 60% do total de benefícios demandados no país, enquanto, em Minas Gerais, esse percentual é um pouco menor, oscilando em torno de 54%.

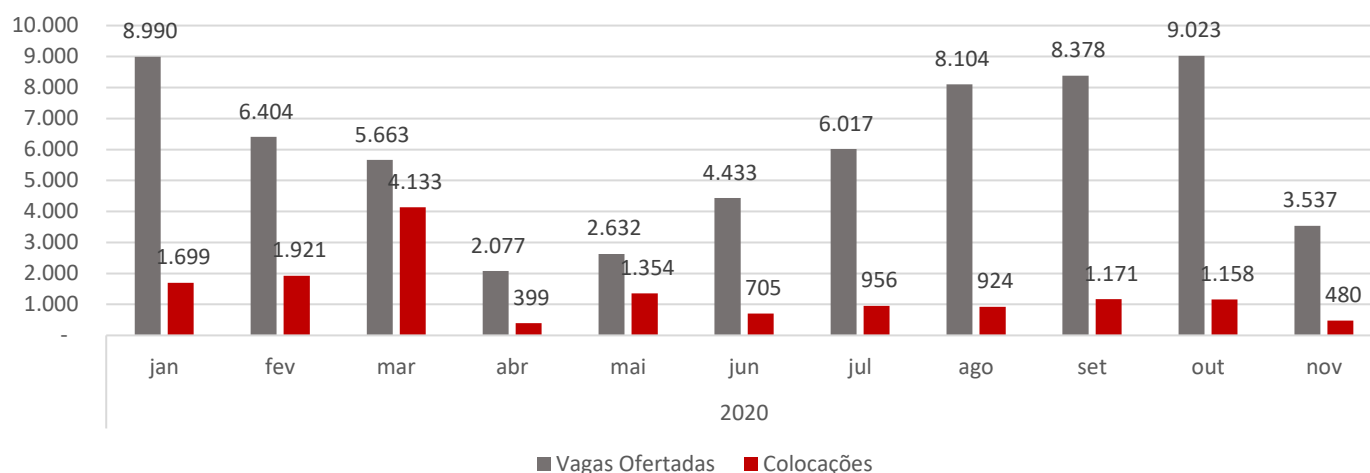
ESTATÍSTICAS DO SINE

Postos de atendimento retomam serviços presenciais

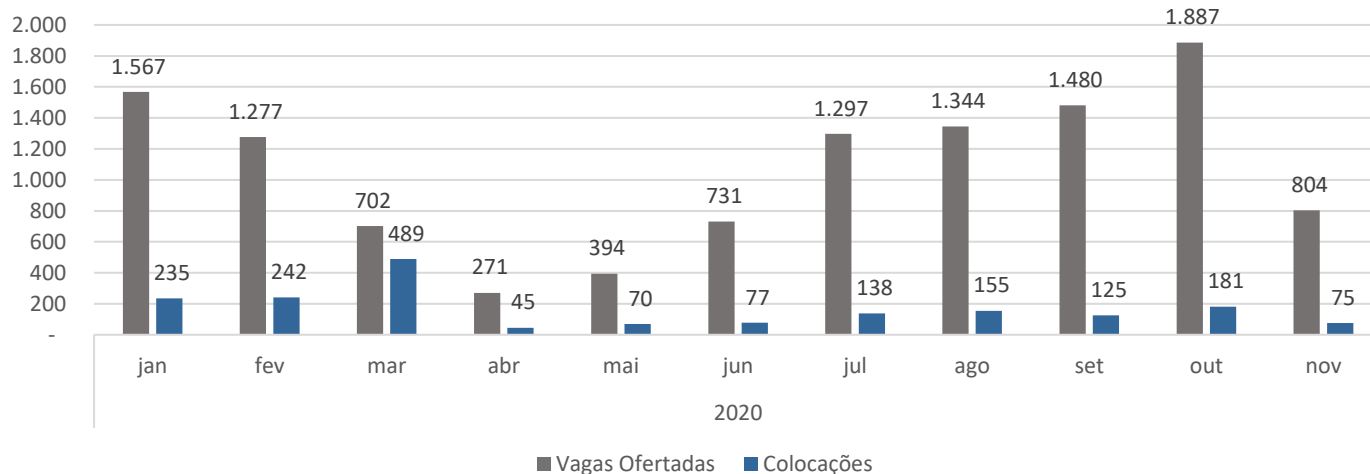
As unidades do Sine em Minas Gerais registraram 832.131 atendimentos entre janeiro e novembro de 2020 (até o dia 16/11), nos diferentes serviços ofertados pela rede, como habilitação do Seguro-Desemprego e Intermediação de Mão de Obra, que contempla encaminhamento para vagas de emprego, captação de vagas e colocação de trabalhadores no mercado de trabalho.

A interrupção dos atendimentos presenciais nas unidades do Sine, a partir do dia 23 de março, implicou na diminuição dos resultados e suscitou a demanda, por parte do trabalhador, para que os serviços fossem retomados. Por isso, diante das medidas de flexibilização do isolamento social que entraram em vigor a partir do mês de julho, algumas unidades retomaram o acolhimento presencial mediante agendamento prévio, o que justifica o aumento no número de vagas ofertadas e colocações. Os gráficos abaixo detalham essa realidade no Estado de Minas Gerais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte:

Intermediação de Mão de Obra - Minas Gerais



Intermediação de Mão de Obra - RMBH



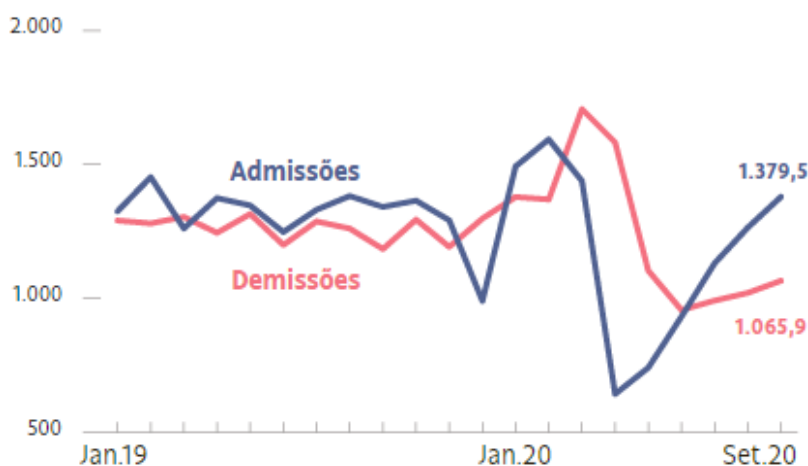
TRABALHO: INCERTEZA PARA 2021

Segundo estimativa, recuperação pode demorar 12 meses

Entre março e junho, a pandemia do coronavírus levou à eliminação de 160 mil vagas de emprego de vendedores do setor de varejo em todo país, quadro que apresentou leve melhora a partir de agosto, com saldo positivo de 18,5 mil contratações, impulsionadas pela reabertura de lojas e fábricas, mas que ainda está longe de recuperar o estrago causado pela pandemia dos meses anteriores. Esta situação se repete com milhares de outras ocupações dos mais diversos segmentos econômicos. Tendo como base os resultados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), mesmo com a volta do funcionamento de bares e restaurantes, foram geradas 900 vagas formais de garçons em todo país desde julho, resultado ainda muito longe de recuperar as 46 mil vagas encerradas nos primeiros meses de isolamento.

O saldo líquido de emprego formal no país entre março e junho foi de -1,6 milhão. Entre os meses de julho a setembro, por sua vez, houve melhora significativa e o saldo chegou a 697 mil empregos formais, o que recupera menos de 50% das perdas sofridas nos quatro meses anteriores. Apesar disso, é normal que a retomada do desempenho após um impacto tão grande na economia e no mercado de trabalho não aconteça de forma imediata, entretanto, no caso brasileiro, algumas projeções têm preocupado especialistas. Segundo o economista da Consultoria iDados, Bruno Ottoni, o efeito mais severo da crise poderá ser observado no mercado de trabalho quando chegar ao fim a estabilidade de emprego garantida pelo programa de redução de salários ou suspensão de contrato de trabalho do governo federal. “Sem uma retomada econômica forte, é difícil imaginar que as empresas conseguirão evitar as demissões quando seu compromisso de manter a estabilidade dos funcionários acabar”. Vale lembrar que os empregadores que aderiram ao programa garantiram como contrapartida a manutenção dos empregos dos trabalhadores por igual período em que os contratados permaneceram alterados.

Evolução do número de contratações e demissões no Brasil



Fonte: CAGED. Elaboração: Folha de São Paulo

No cenário ideal, a economia teria tempo suficiente para se recuperar totalmente antes do fim dos auxílios governamentais, mas não parece ser o caso do Brasil. Segundo especialistas ouvidos pelo Jornal Folha de São Paulo, um olhar restrito aos dados, pode dar a entender que essa recuperação da economia já tem ocorrido há bastante tempo. Indicadores de produção industrial e confiança empresarial mostram resultados positivos e, em alguns casos, melhores até que os patamares pré-pandemia. Porém, o quadro atual é insustentável, pois além de não refletir uma economia em que o aumento da produtividade e o investimento geram um ciclo virtuoso, o aumento do consumo ocorre na esteira do auxílio emergencial que tem data para acabar ou sofrer forte redução.

Além de aumentar o consumo, o auxílio emergencial também contribuiu para conter o aumento do desemprego no país. “Provavelmente, há trabalhadores que não aparecem na estatística da desocupação por que estão recebendo o auxílio e, portanto, não têm buscado uma vaga”, avalia Ottoni.

A expectativa de analistas é que o ritmo de desligamentos tenha forte aumento no início do próximo ano, contribuindo para o crescimento da taxa de desocupação, atualmente em 14,4%, segundo o IBGE. A empresa de consultoria LCA projeta que o país só retome o nível de emprego registrado em fevereiro deste ano (93,7 milhões de ocupados, incluindo informais) em novembro de 2021 e que o risco de terminar o ano com saldo abaixo do patamar pré-crise é concreto. Ottoni, concorda com a projeção da LCA e complementa destacando a necessidade de mais apoio governamental no próximo ano até que a economia volte a caminhar com as próprias pernas, “é provável que o governo precise adotar ou prorrogar medidas emergenciais que atenuem o efeito do aumento do desemprego em 2021. Mas, a médio prazo, a única solução é o crescimento econômico”, afirma.

Reportagem: Folha de São Paulo

INVESTIMENTO EM MINAS GERAIS

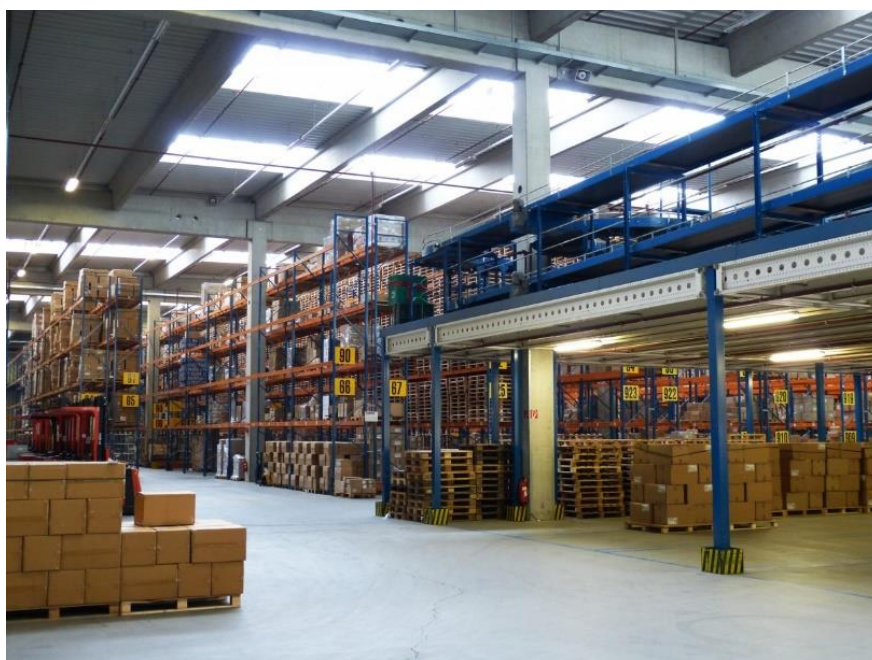
Gigantes do e-commerce anunciaram instalação de centros

Duas gigantes multinacionais do ramo do e-commerce, Amazon e Mercado Livre, terão Centros de Distribuição (CD) de produtos em Minas Gerais. Enquanto a Amazon, maior empresa do mercado eletrônico internacional inaugurou em 9 de novembro uma unidade em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, outra gigante do setor, a multinacional Mercado Livre, anunciou que abrirá um CD em Extrema, cidade que fica na região Sul do Estado.

“Em menos de uma semana, anunciamos a vinda de duas megaempresas de e-commerce para nosso Estado. Esses investimentos significam a criação de mais de mil vagas de trabalho e também potencial para muitas empresas utilizarem esses canais de venda”, comemorou o governador do Romeu Zema.

A estimativa é de que o centro de distribuição do Mercado Livre gere cerca de 1.400 novas vagas de emprego diretos e indiretos no Estado e comece a operar até a metade do ano que vem.

Além de Minas Gerais, a empresa anunciou também a abertura de centros de distribuição nos estados de São Paulo (Cajamar e Guarulhos) e Santa Catarina (Governador Celso Ramos). Como avalia o secretário-adjunto de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio, “este esforço do governo de Minas, por meio do Indi (Agência de Promoção de Investimentos e Comércio Exterior de Minas Gerais), consolida o Estado como um grande hub logístico, somando forças e mitigando os efeitos desta crise em função da pandemia. Estamos aqui para transformar Minas Gerais em um grande gerador de riqueza e de trabalho”.



Reportagem: Estado de Minas, Imagem: PxHere

ALIMENTAÇÃO FORA DO LAR EM BH

Preços dos restaurantes dispararam em apenas três meses

Na esteira da alta dos alimentos e como reflexo do tempo fechado por causa da pandemia, os preços dos restaurantes de Belo Horizonte dispararam em apenas três meses. De acordo com pesquisa do site Mercado Mineiro e do app ComOferta, os aumentos foram de até 25,58% no comparativo entre agosto e novembro. O preço médio do marmitex grande foi de R\$ 14,08 para R\$ 17,68, um aumento de 25,58%. O pequeno, por sua vez, foi de R\$ 10,65 para R\$ 13,07, alta de 22,7%. Já o prato feito (PF) foi de R\$ 17,09 para R\$ 20,60, recrudescimento de 21,5%. O preço médio do quilo no self-service subiu de R\$ 44,47 para R\$ 48,93, mais de 10%. "O aumento de custo do restaurante foi gigantesco, principalmente quando a gente fala da carne, do arroz e do óleo de soja", comenta Feliciano Abreu, responsável pela pesquisa. "Sem contar o tempo que ficou fechado, o que gerou um prejuízo tremendo e o consumidor vai sentir no bolso esses aumentos".



O levantamento também aponta para um encarecimento das bebidas, que também sofreram aumento no trimestre de agosto a novembro de 2020. O suco natural sofreu alta de 4%, enquanto o refrigerante de lata, de 5,10%. Outro movimento que o levantamento observou foi a enorme diferença de preços de um mesmo produto - seja por causa da localização, da qualidade ou da diversidade das comidas, o que reforça a necessidade de o consumidor pesquisar preços e se planejar para fazer as refeições fora de casa. Essa diferença é mais perceptível no preço do quilo no self-service, que vai de R\$ 12 a R\$ 89,90, uma variação de 650%, no entanto, o prato feito e o marmitex também possuem altas discrepâncias de preço, oscilando entre 200% e 300% de diferença.

Reportagem extraída do Jornal Estado de Minas.

VENDA DE CELULARES AUMENTA

Auxílio Emergencial tem forte influência nos resultados

Apesar da pandemia, venda de aparelhos celulares cresce e impulsiona venda de eletroeletrônicos em todo Brasil. Desde o início da reabertura das lojas físicas em boa parte do país, após o período de quarentena, o faturamento do setor de eletroeletrônicos cresceu mais de 30% na comparação com o mesmo período do ano passado. O período que antecedeu o Dia dos Pais, primeiro evento comemorativo do ano com quase 100% das lojas físicas abertas, apontou grande aumento da procura por aparelhos celulares, e serve de parâmetro para entender as tendências do mercado para o setor nos próximos meses. “Esse crescimento ocorreu depois do pagamento do auxílio emergencial, até mesmo com varejistas relatando e dando depoimento de clientes. Porque é uma parcela (do celular) que cabe no bolso. E, como teve a renovação do benefício até o final do ano, apesar de ter valor menor (R\$ 300,00), os consumidores vão manter a capacidade de compra por mais um período”, explica Fernando Baialuna, diretor da empresa de pesquisas GfK. O diretor também destaca a compra por indulgência e a procura por upgrades de aparelhos como outros grandes motivos que impulsionaram as vendas.

De acordo com os resultados da pesquisa feita pela GfK, os aparelhos mais vendidos no período custam em média R\$ 1.000,00, possuem configuração mais modesta e por isso são considerados inferiores aos novos lançamentos. Apesar do preço relativamente baixo, outros fatores influenciaram a venda massiva destes modelos de aparelhos. “A pessoa que compra um celular de 32GB vive uma outra realidade, mas ainda assim almeja um celular tão bom quanto a classe média (ue impulsiona a venda do segmento premium). Então, muitas vezes, ele recorre ao crédito e a opções de prazo e parcelamento para adquirir o aparelho. Há uma relação do preço, mas não é apenas a renda que influencia na compra, como também o desejo pela tecnologia”, avalia Baialuna.

Para as vendas nos meses de novembro e dezembro, em especial a Black Friday, a expectativa é que as lojas ofereçam crédito de longo prazo de pagamento para atrair os consumidores. “O celular é o símbolo do desejo e de inovação tecnológica. É a categoria mais importante para o setor de eletroeletrônicos no Brasil. No geral, os celulares já vinham em uma tendência de premiunização, antes da pandemia, por ser um símbolo de mobilidade. Então, a demanda existe, há uma compra que foi adiada. Então, para os próximos meses, a tendência é uma compra de troca, ou seja, a busca por um upgrade dos aparelhos. No segundo semestre, a aposta deve ser oferecer crédito e prazos competitivos aos consumidores, porque isso atrai mais que o próprio desconto”, finaliza Baialuna.

Acesse a reportagem completa em: [Portal da Cidade Louveira](#)

MERCADO DE LIVROS NA PANDEMIA

Vendas no digital e ações nas redes sociais crescem, mas comércio físico deve se recuperar apenas em 2021

De acordo com estatísticas divulgadas pelo site Submarino, o início do período de isolamento social contribuiu para uma melhora no hábito de leitura dos brasileiros, apesar de os primeiros meses de pandemia evidenciarem uma queda nas vendas. Esse fenômeno ocorreu porque as pessoas estão aproveitando este momento de isolamento social para desenvolver o hábito de ler, mudança de comportamento que trouxe uma busca por mais opções de títulos e gêneros literários. Essa constatação também foi identificada em uma outra loja do ramo, a Saraiva, que afirma que, apesar de uma pequena queda nas vendas em março, a partir de abril já foi percebido um crescimento dos lucros, sendo que, superando as expectativas da empresa, o mês de junho foi o melhor desde o início da pandemia para a livraria.

No entanto, as livrarias físicas foram as mais afetadas pelo novo coronavírus, sobretudo as que não haviam trabalhado anteriormente com canais on-line, situação que criou um imperativo para que algumas delas se reinventassem vendendo livros por delivery e WhatsApp. Nos três primeiros meses da quarentena, segundo a Câmara Brasileira do Livro (CBL), as lojas

possuíam estratégias de e-commerce foram capazes de manter de 30% a 40% do seu faturamento pré-pandemia. Agora, com a reabertura gradual das atividades econômicas no país, as livrarias aumentaram as vendas para 50%. Nesse contexto, o presidente da CBL projeta que, até o final deste ano, esse número aumentará para 70%, contudo, prevê-se que apenas mais à frente, em 2021, as vendas poderão se estabilizar, o que indica um longo caminho de instabilidades para os empresários e trabalhadores do ramo de livros no Brasil.

Sem grande representatividade antes do confinamento, o comércio de produtos literários digitais teve ganhos com a pandemia. De acordo com a Submarino, a busca por livros no site aumentou conforme os hábitos se intensificaram ao longo do período de permanência em isolamento social. Otávio Marques da Costa, publisher da Companhia das Letras, indica que houve um crescimento expressivo do varejo on-line desde março - mediante as ocorrências dos primeiros casos de Covid-19 no país e com a consequente necessidade da quarentena. De acordo com um levantamento da Bookwire, que comercializa e-books, o número de exemplares distribuídos pela empresa entre março e abril ultrapassou a marca dos 9,5 milhões de livros digitais, quantitativo este superior em 80% à soma de todo o ano de 2019. Na Cia. das Letras, também houve aumento, mas os livros físicos prevaleceram, em volume de vendas, em detrimento dos livros digitais, sendo a procura por audiolivros um fenômeno crescente, porém, ainda pouco expressivo.

Fonte: [Meio e Mensagem](#)